

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.433.087 - SP (2019/0014497-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**AGRAVANTE** : TG SAO PAULO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S.A  
**ADVOGADOS** : DANIEL BATTIPAGLIA SGAI E OUTRO(S) - SP214918  
ANE CAROLINE JUNQUEIRA PINHEIRO CASIMIRO - SP313025  
RENATA CELESTINO MORAN - SP387684  
**AGRAVADO** : LUCIMAR JOAQUINA DE OLIVEIRA  
**ADVOGADO** : ELAINE FREDERICK GONÇALVES E OUTRO(S) - SP156857

**EMENTA**

CONTRATO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL **MANEJADO NA ÉGIDE DO NCPC**. APONTAMENTO INDEVIDO NO SERASA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DE TODOS OS PRECEITOS LEGAIS INDICADOS. SÚMULAS Nº 282 E 356 DO STF. INDENIZAÇÃO MORAL DEVIDA. VALOR ARBITRADO PELO ACÓRDÃO COM SUPORTE NOS FATOS CIRCUNSTANCIADOS NA LIDE E DENTRO DOS PADRÕES DE RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO. PRETENSÃO RECURSAL QUE ESBARRA NA SÚMULA Nº 7 DO STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

**DECISÃO**

LUCIMAR JOAQUINA DE OLIVEIRA (LUCIMAR) ajuizou ação de obrigação de fazer cumulada com indenização, contra BROOKFIELD SP EMP. IMOBILIÁRIOS S.A. (BROOKFIELD), tendo por objeto contrato de compra e venda de imóvel.

A sentença de procedência do pedido foi confirmada em grau de apelação conforme acórdão assim ementado:

*COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA - OBRIGAÇÃO DE FAZER C.C. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS Decreto de procedência Alteração unilateral, pela vendedora, do vencimento de parcela do preço (por duas vezes) Conduta flagrantemente abusiva e que ensejou a indevida negativação do nome da autora - Restituição integral dos valores pagos por esta última, sem qualquer retenção Admissibilidade Rescisão unilateral da avença, pela ré, tendo em conta o equívoco apontado - Dano moral igualmente configurado Indenização devida Quantum indenizatório Fixação em R\$ 10.000,0 que atende os critérios da razoabilidade da proporcionalidade, sem ensejar o enriquecimento indevido da ofendida Sentença mantida Recurso*

*desprovido (e-STJ, fl. 186).*

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ, fls. 234/237).

TG SÃO PAULO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A. (atual denominação da BROOKFIELD), interpôs recurso especial com base no art. 105, III, *a*, da CF, sob a alegação de violação dos arts. 12, § 3º, do CDC; 373, I, do NCPC; 186, 927 e 944 do CC/02, pelos fundamentos assim sintetizados (1) o apontamento do nome da recorrida se deu por sua exclusiva culpa, inexistindo a prática de ato ilícito pela recorrente; (2) não ficou caracterizada a responsabilidade civil e não há dano moral a indenizar; (3) o valor arbitrado para o dano moral afigura-se exorbitante (R\$ 10.000,00), e deve ser reduzido em observância dos princípios da proporcionalidade e razoabilidade.

Foram ofertadas contrarrazões (e-STJ, fls. 240/242).

O Tribunal de origem inadmitiu o apelo nobre por (1) não ter sido demonstrada a infringência aos preceitos legais arrolados; (2) incidir a Súmula nº 7 do STJ.

TG ingressou com agravo em recurso especial sustentando que (1) não se pretende o reexame de matéria fática; (2) ficou demonstrada a violação dos dispositivos legais apontados no recurso.

Sem contraminuta.

É o relatório.

DECIDO

A irresignação não pode prosperar.

De plano, vale pontuar que o recurso ora em análise foi interposto na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC*

(1) Da alegação de violação dos arts. 12, § 3º, do CDC; 373, I, do NCPC; 186 e 927 do CC/02

No ponto, observa-se que os referidos preceitos não foram objeto de

apreciação pelo Tribunal de origem, ressentindo-se do necessário prequestionamento, pressuposto inafastável ao conhecimento do apelo nobre.

Acrescente-se, que é exigência contida na própria previsão constitucional de interposição do recurso especial que a matéria federal tenha sido decidida em única ou última instância. Não basta à parte discorrer sobre o dispositivo legal que entende infringido.

É imprescindível que a Corte recorrida tenha emitido juízo de valor sobre o referido preceito, o que não ocorreu na hipótese examinada.

Sendo assim, é de rigor a aplicação, por analogia, das Súmulas nºs 282 e 356 do STF.

(2) Do art. 944 do CC/02

Reclama a TG que o valor do dano moral arbitrado é exorbitante.

O Tribunal local ao fixar o valor a ser indenizado, assim consignou:

*O dano moral, por seu turno, restou configurado. A inadimplência da parcela referida ocorreu pela conduta abusiva da ré, ao postergar o vencimento da parcela para seis meses e depois 'voltar atrás', considerando vencida em data anterior. Obviamente, a autora não agiu com culpa, eis que imaginava realizar o pagamento na data da comunicação de fls.28.*

*A negativação mostrou-se, portanto, indevida, pouco importando que tenha sido retirada após a rescisão, eis que, em casos tais, o dano é imediato e decorre justamente do apontamento equivocado. Deve, pois, a apelante, responder pelas consequências dele advindas.*

*A negativação tem reflexos no conceito moral da pessoa atingida. A atitude da ré acabou afetando o conceito e o nome da autora, como pessoas que não paga suas obrigações em dia, o que não corresponde de forma alguma à verdade dos fatos, conforme antes exposto.*

*É sabido que se de um lado o abalo de crédito é determinado pelo próprio Direito, como meio de proteção a terceiros de boa-fé, o abalo injusto, indevido, viola a ordem jurídica, podendo causar, como aqui causou, danos extrapatrimoniais (morais).*

*Diante disso, tem a parte autora o direito de ser indenizada pelos danos morais que o apontamento indevido lhe causou, lembrando-se que em casos como o dos autos, de acordo com reiterado entendimento jurisprudencial, o dano moral decorre automaticamente da inclusão indevida do nome da pessoa nos órgãos de proteção ao crédito, sendo considerado in re ipsa e*

*dispensando específica comprovação.*

*(...)*

*No que toca ao quantum fixado, como se sabe, não existe um critério determinado para o arbitramento de indenização a título de dano moral. A fixação fica ao livre arbítrio do julgador que deve observar a particularidade do caso que lhe é apresentado a decidir.*

*De acordo com o artigo 944 caput do Código Civil a indenização mede-se pela extensão do dano e em se tratando de dano moral os parâmetros a serem observados no arbitramento são, dentre outros, o grau de culpa do ofensor, a extensão do prejuízo ou a intensidade do sofrimento da dívida e a situação econômico-financeira das partes.*

*(...)*

*Feitas tais considerações, tenho que o valor fixado na r. sentença (R\$ 10.000,00) atende aos critérios ora delimitados, não sendo capaz de levar ao enriquecimento sem causa da ofendida. Ao contrário, repara o dano causado. Descabida sua redução (e-STJ, fls. 188/192).*

Como se observa, o acórdão impugnado tomou em consideração os fatos circunstanciados na lide na fixação do valor a ser indenizado pelo dano moral sofrido pela recorrida LUCIMAR.

Embora esta Corte Superior tenha por vezes afastado o óbice da Súmula nº 7, para rever tais valores, apenas o faz quando verificada a sua exorbitância ou irrisoriedade, o que não ocorre na hipótese examinada.

Na verdade, o quantum arbitrado encontra-se dentro dos padrões da razoabilidade e proporcionalidade, não existindo razão para interferência desta Corte.

Nesse sentido:

*AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. 1. ATO ILÍCITO. DANO MORAL CONFIGURADO. SÚMULA 7 DO STJ. 2. PRETENSÃO DE REDUÇÃO DO MONTANTE INDENIZATÓRIO. SÚMULA 7 DO STJ. 3. ANÁLISE DO DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL PREJUDICADA. 4. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.*

*1. A Corte estadual consignou a ilicitude da conduta da insurgente ao realizar a negativação discutida. Assim, a inversão desse entendimento, de forma a acolher a tese da agravante, por certo, demandaria o revolvimento de todo o acervo fático-probatório dos autos, o que é vedado, na via especial, pelo enunciado n. 7 da*

*Súmula desta Corte Superior.*

*2. Outrossim, no contexto dos autos, a revisão do quantum indenizatório estipulado pelas instâncias de origem só é admitida quando irrisório ou exorbitante, o que não se verifica na espécie (fixado em R\$ 10.000,00 - dez mil reais), porquanto o montante estipulado não destoia dos parâmetros estabelecidos nesta Corte para casos análogos. Desse modo, a análise do tema esbarra no enunciado da Súmula n. 7 do STJ.*

*3. A análise do dissídio jurisprudencial fica prejudicada em razão da aplicação do enunciado da Súmula n. 7/STJ, porquanto não é possível encontrar similitude fática entre o aresto combatido e os arestos paradigmas, uma vez que as suas conclusões díspares ocorreram, não em virtude de entendimentos diversos sobre uma mesma questão legal, mas, sim, de fundamentações baseadas em fatos, provas e circunstâncias específicas de cada processo.*

*4. Agravo interno improvido.*

(AgInt no AREsp 1308488/PR, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, j. em 08/10/2018, DJe 10/10/2018)

Nessas condições, **CONHEÇO** do agravo para **NÃO CONHECER** do recurso especial.

Advirta-se que eventual recurso interposto contra esta decisão estará sujeito ao possível cabimento de multa (arts. 1.021, § 4º e 1.026, § º do NCPC).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

**MINISTRO MOURA RIBEIRO**

Relator